

Política Habitacional: análise da evolução histórica da questão habitacional no Brasil nos períodos 1930 a 2009

FRANCISCO CLIMÉRIO RODRIGUES DA COSTA JÚNIOR

Universidade do Estado do Amazonas/UEA

VIVIANE DA S. COSTA NOVO MOÇAMBITE

Universidade do Estado do Amazonas/UEA

ALDENOR MOÇAMBITE DA SILVA

Instituto ABA PAI/ Universidade Del Sol (UNADES-PARAGUAI)

MARCELLO PIRES FONSECA

Centro Universitário do Norte/ UNINORTE

Resumo:

O presente artigo trata da questão habitacional no Brasil, um dos principais problemas urbanos existentes desde os tempos passados até a atualidade, onde a carência da moradia sempre esteve presente. A justificativa para este estudo é compreender as transformações provocadas pela evolução histórica, identificando os efeitos positivos apresentados em cada mudança. O objetivo deste estudo é restaurar aspectos da política habitacional no Brasil destacando as mudanças ocorridas ao longo dos períodos compreendidos entre 1930 a 2009. Os métodos adotados: o artigo foi composto por revisão bibliográfica e histórica sobre o desenvolvimento da habitação social no Brasil e as políticas implantadas para que o problema habitacional fosse amenizado. Primeiramente foi realizada buscas por artigos com autores que se associassem com o objetivo proposto para contribuir no desenvolvimento e análise deste estudo. É um estudo do tipo bibliográfico por ter envolvido (revisão da literatura em livros, artigos científicos, dissertações e teses, entre outros), e, portanto, é uma pesquisa qualitativa. Os resultados obtidos foi que partir de 1930 surgiu a ideia da casa própria foi vinculada a alguns órgãos de categoria profissional; a desorganização no planejamento para construção das habitações; as mudanças estiveram sempre ligadas à economia (mercado da exportação e indústria), e também aos interesses

político. O estudo concluiu que é necessária uma política habitacional mais séria, procurando conferir primeiramente as condições do local onde serão construídas as moradias. É preciso também acompanhar o crescimento das cidades; é importante não permitir o mercado clandestino das terras urbanas.

Palavras-chave: Política habitacional. Evolução histórica. Programas habitacionais

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata das questões habitacionais no Brasil em um contexto histórico importante para a compreensão de como ocorreram os processos da evolução das moradias nos períodos de 1930 a 2009. Períodos quando as políticas habitacionais passaram por diversos momentos ao longo da história, com avanços e retrocessos, concretizando períodos de esvaziamento de programas habitacionais, principalmente aqueles destinados às classes sociais menos privilegiadas do país e em outros houve uma tentativa de enfrentamento do déficit de forma mais incisiva (MONTEIRO & VERAS, 2017).

Monteiro & Veras (2017) relatam que as políticas habitacionais passaram por diversos momentos ao longo da história, com avanços e retrocessos, concretizando períodos de esvaziamento de programas habitacionais, principalmente aqueles destinados às classes sociais menos privilegiadas do país e em outros houve uma tentativa de enfrentamento do déficit de forma mais incisiva.

Justificar este estudo é necessário para entender quais os elementos envolvidos na problemática que abrange a sociedade de modo geral nas questões habitacional do Brasil e as tentativas (programas) que foram criados com a intenção de diminuir o problema.

Neste sentido o objetivo geral foi analisar as mudanças no decorrer da evolução histórica do sistema habitacional brasileiro compreendido entre 1930 a 2009, por esta ser uma questão prioritária

nas políticas públicas das habitações que envolvem os aspectos sociais, políticos, econômicos.

Os métodos adotados neste artigo foi constituído por revisão bibliográfica e histórica do desenvolvimento da habitação social no Brasil e as políticas implantadas com intuito de amenizar o problema habitacional. Os procedimentos foram: primeiro foi realizada buscas por artigos com autores que se associassem com o objetivo proposto para contribuir no desenvolvimento e análise deste estudo. É um estudo do tipo bibliográfico por ter envolvido (revisão da literatura em livros, artigos científicos, dissertações e teses, entre outros), e, portanto, é uma pesquisa qualitativa. Dos materiais buscados, foi feita triagem dos melhores para alimentar este trabalho e em seguida foi desenvolvida a construção do mesmo.

Os resultados obtidos foram: que partir de 1930 surgiu a ideia da casa própria vinculada a alguns órgãos de categoria profissional; a desorganização no planejamento para construção das habitações e que esse problema habitacional sempre esteve ligado nas mudanças da economia no mercado da exportação e indústria, como também nos interesses político. O estudo concluiu que é necessária uma política habitacional mais séria, procurando conferir primeiramente as condições do local onde serão construídas as moradias. É preciso também acompanhar o crescimento das cidades; é importante não permitir o mercado clandestino das terras urbanas.

No Brasil, diversos acontecimentos influenciaram decisivamente na ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. Segundo Maricato (1997) o fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Na ocasião, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, fato que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos.

A fundamentação teórica inicia com as ocorrências no Governo de Getúlio Vargas (1930) conforme o objetivo deste estudo.

No início do século XX até a década de 1930, Motta (2011) relata que diversas cidades brasileiras tiveram o problema da habitação agravado, com o poder público atuando de maneira pontual

e ineficiente. Somente a partir do fim da década de 1930, quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a se esboçar uma política para a habitação. É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância que os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos em geral são colocados na chave do social.

Bonduki (2011), fala que o problema da habitação no Brasil tem suas origens associadas ao período de transição de um modelo socioeconômico agrário-exportador para um modelo urbanoindustrial. A massiva imigração de trabalhadores para o Brasil, no período de consolidação da economia cafeeira, colocava como condição a produção massiva de moradias para atender as novas demandas. Essas novas necessidades habitacionais eram atendidas, sobretudo por um setor chamado de rentista, iniciativa privada que produzia unidades habitacionais altamente densas em ocupação e caracterizadas por condições insalubres de moradia, sendo os cortiços soluções recorrentes.

Após a Revolução de 1930, a crise do modelo agroexportador, combinada com o avanço do processo de industrialização, suscitou intensos fluxos migratórios rural-urbanos, resultando em forte expansão da população urbana. Nesse contexto, cresceu o loteamento de antigos terrenos rurais e a construção de imóveis para locação. O empreendimento imobiliário urbano nas grandes cidades tornou-se uma rentável fronteira econômica para o capital, competindo até com a inversão nas atividades industriais, conforme verificado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1948) ao identificar os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira (IANNI, 1977).

O Governo Vargas iniciou a regulação da moradia por meio de iniciativas como o Decreto-Lei 58/1937, que regulamentava a venda de lotes à prestação; pela criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões; e pelo Decreto-Lei do Inquilinato, de 1942, congelando os aluguéis.

A ação das empresas na produção de moradias ocorreu simultaneamente a um debate travado especialmente nas décadas de 1930 e 1940 - em torno do prédio de apartamentos e de sua conveniência como habitação para a classe trabalhadora. O necessário

contraponto entre debate e ação e o papel dos engenheiros - como agentes centrais do processo de industrialização e principais articuladores deste debate (CORREIA, 2017).

1.1 Ocorrências na Década de 1930

Em 1930 o problema da habitação popular foi historicamente relegado pelo Estado. É a partir da década de 1930 que entra em cena a ideologia da casa própria, reforçando o argumento da importância da habitação para o trabalhador, ainda que com um caráter de controle social. No contexto dessas questões, situamos nossa discussão sobre as primeiras tentativas de políticas habitacionais populares implementadas no Brasil na égide do Estado populista de Getúlio Vargas, considerando a mudança no papel do Estado em relação às décadas anteriores e a significação da casa própria para o trabalhador, servindo de âncora para a política pública existente (VAZ, 1993).

Nesse período ocorreram as primeiras iniciativas públicas de produção da moradia, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), órgãos vinculados às diversas categorias profissionais, sendo que cada uma delas contava com seus distintos institutos. Assim surgiram, por exemplo, o IAP dos bancários (IAPB) ou o dos industriais (IAPI), entre diversos outros (BONDUKI, 2011; CYMBALISTA e MOREIRA, 2006).

Pelo fato de os IAPs atenderem justamente aos trabalhadores formalmente registrados segundo as distintas categorias profissionais então instituídas, os mesmos foram incapazes de incluir as classes populares, nas quais já predominavam empregos informais e de baixa remuneração. Pela eminência do predomínio do aluguel sob as classes populares, o governo Vargas sancionou então, uma lei que congelava os preços dos aluguéis então vigentes (BONDUKI, 2011) argumenta esclarecendo que o setor privado não seria capaz de resolver o problema da habitação, porque essas medidas adotadas, além de serem insuficiente para modificar a situação da moradia no Brasil, atendiam apenas aos associados dos institutos e que essa tarefa teria que ser de responsabilidade do Estado.

1.1.1 Período de 1931

Correia (2017) conta que nesse período aconteceu o Primeiro Congresso de Habitação realizado em São Paulo, no dia 31 de maio, foi uma das arenas deste debate. O evento resultou da iniciativa de um grupo de engenheiros da cidade. Foi promovido pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia e patrocinado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (chefiada pelo engenheiro Alberto Coutinho) e pela Prefeitura da Cidade de São Paulo (dirigida pelo também engenheiro Luis de Anhaia Mello). Seu comitê executivo era constituído por engenheiros-arquitetos e presidido por Alexandre Albuquerque, que chefiava a Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia. Com raras exceções, um médico, um arquiteto argentino e José Mariano (ex-diretor da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro) os profissionais que nele apresentaram trabalhos eram engenheiros, sobretudo civis e engenheiros-arquitetos. Com tal perfil, o evento não pode deixar de se concentrar nos aspectos técnicos associados ao tema da habitação, materiais, higiene, instalações prediais e processos construtivos.

1.1.2 Período de 1933

Foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, em âmbito nacional; muitos dos quais substituíram as Caixas de Aposentadoria e Pensões. Os Institutos eram divididos por categorias profissionais, a saber: marítimos (IAPM), industriários (IAPI), bancários (IAPB), comerciários (IAPC), condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo (IAPETEC) e estivadores (IAPE). A legislação que autorizou as Caixas a utilizarem parte de sua receita na construção de casas data de 1931 (Decreto nº 20.465, 01 out. 1931), mas efetivamente teve que esperar aprovar os seus regulamentos em abril de 1932 (Decreto nº 21.326, 27 abril 1932), as construções de casas só poderiam ser financiadas para os associados dos diversos Institutos (FINEP-GAP, 1983).

Nesse período a exclusão da maioria da população em relação a uma política habitacional faz com que, a despeito da proibição constante na lei, as favelas e cortiços se proliferem acompanhando o crescimento industrial que se fez sem nenhuma planificação. No Rio de Janeiro, por exemplo, as favelas passam a se inserir inclusive nas

áreas nobres da cidade, como a zona sul, já que o Estado não respondia as demandas dessa população (GOMES, 2005).

1.1.3 Período de 1937

Em 1937 o Estado Novo passa a tratar os assuntos relativos às favelas e seus moradores como uma questão de polícia, o que levou à realização de diversas remoções, com a adoção de uma política de erradicação de favelas (BARON, 2011).

A partir de 1937 o Estado passa a atuar mais efetivamente na questão habitacional regulamentando a atuação dos IAPs nesta área. São criadas as carteiras prediais dos institutos autorizadas a destinar 50% de suas reservas acumuladas ao financiamento de construções. Ficam também estabelecidas condições de financiamento que permitem ampliar a demanda: a redução da taxa de juros, a ampliação do prazo de pagamentos (NOGUEIRA, 1998)

1.2 Ocorrências na Década de 1940

1.2.1 Período de 1941

O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) promoveu em 1941 a Jornada da Habitação Econômica. As conferências e palestras realizadas foram publicadas pela Revista do Arquivo Municipal e os temas abordados em relação à moradia foram os mais diversos possíveis, desde o problema e o papel social da habitação, passando por questões relacionadas a transporte, saúde, loteamento, educação, financiamento, custos, higiene social, moral, delinquência; como também os tipos de moradias mais adequadas (verticalização das edificações) e as técnicas, métodos econômicos, organização da indústria, infra-estrutura e serviços urbanos (BARON, 2011).

A Jornada da Habitação Econômica, em 1941, foi outro momento em que posições contrárias à habitação coletiva para o trabalhador emergiram. Em trabalho com o título de “A habitação e a moral”, o assistente social e professor do Instituto de Serviço Social, Francisco de Paula Ferreira, debruçou-se na análise das “causas perturbadoras da moral da família”, localizando-as nas características da habitação coletiva em porões e cortiços. Correia (2017) relatou que arrolou, entre os inúmeros inimigos do “pudor e do regato feminino”, a

exiguidade de espaço da moradia e o contato com estranhos no âmbito da vida doméstica e recomendou “que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtém na habitação individual”.

Correia (2017) fala que as habitações coletivas exigem uma certa educação higiênica, harmonia entre seus moradores, o hábito da limpeza e d’uma conservação sistemática da casa, coisa que dificilmente se obtém entre pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna e que só se poderá conseguir depois de um certo gráo de civilização.

A figura 1 mostra dois alojamentos para operários com doze quartos e um sanitário no térreo. Eram prédios de dois pavimentos, de projeto econômico: sem ornatos e com as paredes do térreo coincidindo com as do pavimento superior, localizado e Camaragibe, Pernambuco (CORREIA, 2017).



Figura 1 - Alojamento para solteiros em Camaragibe, Pernambuco, no início do século XX.

Fonte: Fundaj.

1.2.1 Período de 1943

O primeiro grande conjunto residencial construído pelo IAPI, concluído em 1943, foi o Conjunto Residencial do Realengo, no Rio de Janeiro, composto por tipologias diversificadas, casas geminadas duas a duas, geminadas em fileiras e blocos de apartamentos de quatro andares; além de infra-estrutura completa (rede de água, luz, esgoto;

galeria de águas pluviais, pavimentação e estação de tratamento de esgoto) e serviços de caráter coletivo escola primária para 1500 alunos, creche para 100 crianças, ambulatório médico, gabinete dentário, quadras para a prática de esportes, templo católico e horto florestal que foram totalmente implantados (BONDUKI, 1998:165). Este conjunto inovou também em relação à área técnica, pois, foi o primeiro conjunto feito com blocos prensados de concreto, através de máquina importada dos Estados Unidos, havia uma busca pela racionalização e barateamento da construção.

1.2.3 Período de 1945

Entre a queda de Vargas (1945) e o regime militar (1964-1985), houve algumas iniciativas governamentais para enfrentar a crise da moradia popular. Entre elas destacam-se a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946.

1.2.4 Período de 1946

Nesse período se deu o início do governo de Eurico Gaspar Dutra, foi criada, através do Decreto-Lei nº. 9.218/46, a Fundação da Casa Popular (FCP). Este foi primeiro órgão, de âmbito nacional, voltado exclusivamente para a provisão, mediante venda, de casa para a população de baixa renda. Com a criação da Fundação Casa Popular, objetivava-se construir milhares de habitações, inclusive rurais, realizar obras de abastecimento de água, esgoto e distribuição de energia elétrica, financiar empresas do ramo da construção de habitação popular e de fornecimento de material de construção, realizar estudos para o barateamento do custo das habitações populares, além de assumir todas as reservas das IAPs. (BONDUKI, 2002).

Segundo Bonduki (2002) a FCP foi criada para funcionar como uma resposta social a um contexto de fortes pressões dos trabalhadores e de crescimento do Partido Comunista. Apesar de ter recebido diversas funções relacionadas à política urbana em geral, essa fundação se tornou inoperável, devido ao acúmulo de atribuições, à falta de recursos e de força política, somadas à ausência de respaldo legal.

A FCP visava o atendimento à população que não participava do mercado formal de trabalho e, por isso, não tinha acesso aos IAPs. Representou o primeiro esforço declarado do Estado no trato do problema de moradias. Subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tinha por finalidade, Proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural (BONDUKI, 2002).

1.2.5 Período de 1947

Relatos de Baron (2011) dizem que a atuação da Fundação Casa, houve a aprovação de decreto 22.498, de 22 de Janeiro de 1947, que autorizou a criação da Fundação Leão XIII. Esta instituição teve o papel de agente de cristianização dos pobres e assumiu a responsabilidade pela assistência social. A nova fundação, nascida da associação entre a Igreja Católica e o Estado, defende a intervenção junto aos moradores das favelas, tendo como instrumentos a assistência: saúde e educação e, como pano de fundo, a necessidade de controle da população em relação ao comunismo.

1.3 Ocorrências na Década de 1950

A década de 50 foi um período de significativo crescimento da indústria brasileira, o que demandou do Estado um desigual intervencionismo em direção à expansão urbana. A classe média crescia e tinha acesso a financiamento de apartamento e a bens duráveis. Às classes pobres, restavam às favelas e os loteamentos ilegais na periferia. Diante deste contexto, Juscelino Kubitschek tentou fortalecer a Fundação Casa Popular. Durante a gestão JK (1956-1961), a Fundação produziu o maior número de unidades habitacionais, resultado do investimento de mais recursos (BARON, 2011).

Até 1950 o Brasil era um país de população, predominantemente, rural. As principais atividades econômicas estavam associadas à exportação de produtos agrícolas, dentre eles o café (GOBBI, s.d).

1.3.1 Período de 1955

A Cruzada São Sebastião pela Igreja Católica. Esta última liderada por Dom Helder Câmara lançou as sementes para um projeto de urbanização de favelas. Por outro lado, o Estado instituiu ao SERFHA - Serviço Especial de Recuperação de Habitações Anti-Higiênicas (BURGOS, 1999). A Cruzada lançou a semente da urbanização de favelas e, com todas as reticências às questões políticas da época, realizou uma intervenção habitacional que não apenas garantia o direito à moradia, como o direito à cidade, inclusive para os pobres. A Cruzada São Sebastião constituiu uma virada na representação política da favela. O reconhecimento e a promoção dos moradores das favelas ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo, tanto rompia com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado quanto com a política de assistência caritativa e clientelista (VALLADARES, 2016).

1.3.1 Período de 1956

Período do Governo de Juscelino Kubitschek, ocasião que aconteceu a intensificação da industrialização brasileira, esse processo começou apresentar sérios problemas na política de desenvolvimento da urbanização.

1.3.2 Período de 1958

Em 1958, foi realizado o estudo Aspectos Humanos da Favela Carioca, uma análise socioeconômica elaborada pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), sob encomenda do jornal Estado de São Paulo. O relatório da pesquisa propõe que seja formulada uma política mais flexível em relação às favelas, em que o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) seria o órgão mais adequado para programá-la (GOMES, 2005). Neste mesmo período, o Estado criou o Serviço Especial de Recuperação de Habitações Anti-Higiênicas (SERFAH), apesar de ainda em período democrático, esse serviço acabou por executar um trabalho de controle da população com a cooptação das lideranças, sem importantes resultados, a SERFAH ficou esvaziada e com sua extinção foi criada a Companhia de Habitação Popular (COHAB).

1.4 Ocorrências na Década de 1960

A partir de 1960 e a construção de Brasília no governo de JK que a região centro-oeste começa a apresentar sinais de urbanização.

1.4.1 Período de 1963

No *site* “Toda Matéria” conta que foi em 1963 foi que várias associações se tornaram interligadas por uma rede estadual (criando assim a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, ou FAFERJ). Isso organizou melhor as coisas, mas também deu início a complicada relação entre associações e governo o mesmo grupo responsável por pressionar a administração quando as necessidades das pessoas não são atendidas é também responsável por trabalhar junto com o governo quando os serviços são entregues.

1.4.2 Período de 1964

Logo no começo do regime militar houve uma iniciativa importante: a criação, em do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), responsável pela execução das políticas habitacionais. Trata-se do órgão que financiou 4,5 milhões de unidades residenciais durante a sua existência, entre 1964 e 1986, o que representou 24% de todo o mercado habitacional produzido (BONDUKI, 2004).

Pugliesi (2002) comenta que a partir da análise do SFH e BNH, entra Companhia de Desenvolvimento Comunitário (CODESCO), que no mesmo período desenvolveu uma experiência alternativa de urbanização de favelas na nas áreas de Brás de Pina, Morro União e Mata Machado. Com características democráticas, tanto no que se refere à participação efetiva dos moradores, como na própria elaboração dos projetos e aproveitamentos dos investimentos já realizados por moradores, a CODESCO visava atender às reivindicações e necessidades da população. Tal iniciativa foi interrompida durante a ditadura militar, a partir de 1964.

Segundo Pugliesi (2002) a CODESCO comprovou, a partir do modelo de intervenção, que a opção pelo investimento na urbanização é mais barata para os cofres públicos em relação à remoção dos moradores de comunidades pobres para conjuntos habitacionais afastados do Centro.

1.4.3 Período de 1968

Mesmo com a comprovação da CODESCO, a opção política da época foi pela remoção das favelas, visível através da Coordenação de Habitação de Interesse Social da área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), criada pelo Decreto Federal n.º 62.654, em 03 de maio de 1968. Vinculada ao Ministério do Interior e com a parceria da Companhia de Habitação Popular (COHAB) e do governador do Rio Negrão de Lima, a CHISAM afetou 114 favelas no Rio de Janeiro (PUGLIASI, 2002). Neste período, o BNH atuou em diversas áreas do desenvolvimento urbano. Na área de saneamento, atuou através do Programa de Financiamento para Saneamento (Finansa), posteriormente transformado em Plano Nacional de Saneamento (Planasa).

1.5 Ocorrências na Década de 1970

1.5.1 Período de 1970

Andrade & Azevedo (1982) referem que em meados da década de 1970 e com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BNH tenta responder às críticas relacionadas ao não atendimento da população de baixa renda em seus programas, através da criação do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb) do Programa de Erradicação da Sub-habitação (Promorar) e do Programa João de Barro. Juntos, esses três programas só representaram cerca de 7% da produção do BNH (285 mil unidades).

1.5.2 Período de 1971

A partir de 1971, através do projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), as atividades foram expandidas para outras áreas do planejamento, com a proposta de racionalizar o uso do solo urbano, melhorar as condições de serviços de infraestrutura das cidades e corrigir as distorções causadas pela especulação imobiliária habitacional, era reflexo da expansão da aliança com a iniciativa privada, expressa pelo modelo empresarial de promoção de lucro para este setor (ANDRADE & AZEVEDO, 1982).

1.6 Ocorrências na Década de 1980

1.6.1 Período de 1980

A crise econômica nos anos 80, o arrocho salarial e a queda do poder aquisitivo tiveram como consequência a inadimplência. Este contexto atingiu o SFH, culminando na extinção do BNH, em 1986 (DE AZEVEDO, 1988).

1.7 Ocorrência na Década de 1990-1992

Na década de 90, houve uma difusão dos programas de urbanização de favelas nas principais cidades e regiões metropolitanas do país. Alguns programas mais abrangentes contaram com financiamentos e apoio de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Neste período, os principais desafios encontrados na implementação destes programas foram apresentados na síntese do curso à distância, Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

No Governo Collor (1990-1992), o mais importante programa habitacional lançado foi o PAIH (Plano de Ação Imediata para a Habitação), que propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas. O governo Itamar (1992 a 1994) criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de “ajuda mútua” (MOTTA, 2011).

1.8 Ocorrências na Década de 2000

No início dos anos 2000, foi aprovada a Lei Federal 10.257, conhecida como Estatuto das Cidades, que, em linhas gerais, tem como objetivo fornecer suporte jurídico mais consistente às estratégias e processos de planejamento urbano (FERNANDES, 2008), garantindo a função social da propriedade, o planejamento participativo nas políticas urbanas e o acesso universal à cidade (MORAES & DAYRELL, 2008). Destaca-se que essa lei propõe que a descentralização e a democratização caminhem juntas para garantir a plena legitimidade social dos processos de planejamento urbano e gestão de cidades.

Em 2000 houve outra grande vitória, através de emenda popular, posteriormente vinculada como Emenda Constitucional nº26, que incluiu o direito à moradia norol dos direitos sociais, descritos:

Capítulo II (Dos Direitos Sociais) - Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Da Ordem Econômica e Financeira.

Capítulo II (Da Política Urbana - Art. 182). A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Períodode 2001

Em 2001, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade. Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades para que assumisse a coordenação da Política Nacional Urbana. Congregando os três entes federativos e a sociedade civil, foi criada a nova Política Nacional de Habitação, tendo como principais eixos a integração urbana de assentamentos precários, a construção de novas habitações populares e a integração da política de habitação com a política de desenvolvimento urbano (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Período de 2004

A Política Nacional de Habitação (PNH), de 2004, tem como principal objetivo “retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população”, especialmente os de baixa renda, visando à inclusão social (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Período de 2005

Diante da necessidade de mudar o cenário da questão habitacional, nasce o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, sancionado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva através da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Este projeto cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Assim, depois de 13 anos de luta dos movimentos sociais de moradia, o sistema institui o acesso à terra urbanizada e habitação digna à população de menor renda e, promove a articulação e o acompanhamento para a atuação das instituições e órgãos do setor habitacional (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Períodos de 2007-2008

Entre 2007-2008 um dos instrumentos previstos para a implantação da Nova Política de Habitação foi o Plano Nacional de Habitação, este foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e com a consultoria, contratada em processo licitatório, do Consórcio PlanHab, formado pelo Instituto Via Pública, LabHab/FAU-USP e Logos Engenharia. A elaboração do documento contou com um grande processo participativo. O resultado foi apresentado em dezembro de 2008.

Períodos de 2009

Em 2009, durante o governo Lula, é outorgada Lei nº 11.977, que estabelece os princípios básicos para os programas de Regularização Fundiária:

I. Ampliação do acesso a terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria nas condições de sustentabilidade urbana, social e ambiental;

II. Articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, com diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda;

III. Participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;

IV. Estímulo à resolução extrajudicial de conflitos;

V – Concessão de título preferencialmente para a mulher. (Lei 11.977/2009).

Desta forma, a intersectorialidade deve ser um elemento central nos programas habitacionais, inclusive de regularização fundiária plena de assentamentos precários, informais, ilegais e favelas. A articulação entre as políticas públicas potencializa os resultados, melhora as condições de vida da população, possibilita melhor utilização dos recursos, compartilha e define responsabilidades e atribuições (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Mas recentemente temos o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, voltado para o atendimento de famílias de baixa renda, onde está sendo investidos expressivos subsídios para a aquisição da casa própria (MOTTA, 2011).

2. HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS PELA MORADIA

Os movimentos de luta pela moradia se organizaram por meio de cinco grandes entidades (Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); MNRU (Movimento Nacional pela Reforma Urbana); MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia); União Nacional por Moradia (UNMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e a Apesar de divergências iniciais, essas organizações uniram-se a outros atores comprometidos com a democracia e a justiça social, estruturando uma grande coalizão que se denominou Movimento Nacional pela Reforma Urbana, organizada através de uma rede de colaboração, Fórum Nacional de Reforma Urbana. Esta coalizão tinha o papel de interlocutor entre os movimentos, as lideranças e o poder público (CYMBALISTA e MOREIRA, 2006).

Os movimentos sociais são vistos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural”, são comportamentos conflituosos gerados no seio da ordem, realizam diagnósticos da realidade social, transformam pessoas simples em atores da sociedade civil, onde muitos entram para a história através de sua participação nos movimentos sociais. Ainda, segundo Gohn (2013), só é possível a participação cidadã nos movimentos sociais se a sociedade civil estiver organizada, articulada e tendo os mesmos ideais. No Brasil e na

América Latina os movimentos sociais populares se propagaram bastante nos anos de 1970 e 1980, por causa da oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos cristãos de base, inspirados pela Teologia da Libertação.

1982 - CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores). Fundada no dia 17 de janeiro de 1982, presente desde então no movimento nacional popular e comunitário, tendo como seu papel organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares.

1985 - MNRU (Movimento Nacional pela Reforma Urbana). Considerado a principal frente de luta por essa questão no Brasil, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que se iniciou com uma série de lutas locais por moradias e ganhou, gradativamente, um escopo de luta pela cidade como um espaço democrático em termos de acessos, educação.

1987 - FNRU (Fórum Nacional da Reforma Urbana). Foi criado com o objetivo de promover a Reforma Urbana (direito à moradia, ao saneamento básico, saúde, educação, transporte público, lazer, entre diversos outros direitos do cidadão) através de movimentos populares, ONGs, instituições de pesquisa e associações de classe. A consolidação dos movimentos pela Reforma Urbana até a criação do próprio FNRU se deu através de iniciativas de setores da igreja católica - como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, sob influência da teologia da libertação, tiveram papel fundamental na unificação das lutas urbanas pontuais que começaram a emergir no país em meados da década de 70.

1990 - MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia). Foi criado em julho de 1990, no primeiro Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 14 estados. É um movimento social brasileiro.

1993 - UNMP (União Nacional por Moradia Popular). Foi criada para coordenar as lutas do movimento nacionalmente, e hoje tem representação em 21 estados da federação.

2.1. Elementos envolvidos como parte nas questões habitacionais

A Habitação constitui um conjunto de elementos além da unidade propriamente dita, supondo a existência de infra-estrutura urbana (redes de água e esgoto, iluminação pública, drenagem pluvial, pavimentação, redes de informação, etc) e serviços urbanos (transporte, saúde, educação, coleta de lixo, lazer, cultura, etc.). Estes estiveram presentes nas discussões sobre a produção habitacional, embora, nem sempre foram efetivadas. Porém, veremos que os primeiros conjuntos produzidos inovaram tanto na tecnologia quanto nos conceitos propostos (FAUSTO, 1998).

2.1.1 Sobre a Infra-estrutura urbana em períodos anteriores (Uso da água)

A necessidade de se estabelecerem regulações amplas sobre o uso da água emergiria com força no início do século XX, a partir da convergência de fatores como a urbanização acelerada e o impressionante crescimento populacional, assim como o início do aproveitamento hidrelétrico e o incremento da atividade industrial (LAMARÃO, 2000). A emergência desses fatores levaria a conflitos de natureza econômica e política de grande monta, exporia a carência regulatória no país e ensejaria, na década de 1930, a intervenção do governo central para organizar a gestão da água com procedimentos regulatórios e reordenamento administrativo.

Lamãoa (2000) conta que entre os conflitos mais significativos, destacam-se:

(i) os desenvolvidos entre entes federativos pela competência em regular o aproveitamento hidrelétrico;

(ii) o conflito econômico entre grandes trustes internacionais e o capital nacional para usufruir dos aproveitamentos hidrelétricos e serviços urbanos

(iii) entre o setor elétrico, seus associados da incorporação imobiliária e indústria de um lado, e o setor de abastecimento público de outro;

(iv) entre os produtores de energia e os industriais, por conta das tarifas elevadas.

Maricato (2000) comenta que as reformas urbanas em diversas cidades brasileiras, entre o final do século XIX e o início do século XX, lançaram as bases do moderno urbanismo brasileiro, em que se implantavam obras viárias, de saneamento básico e embelezamento paisagístico em conjunto com as bases legais para um mercado imobiliário em termos capitalistas. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e para as franjas das cidades. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial.

2.1.2 Sobre os Serviços Urbanos em períodos anteriores (Elétricos, iluminação pública, Telefonia entre outros).

A formação de grandes monopólios para dominar a exploração de serviços públicos, como geração e distribuição de energia elétrica, iluminação pública, transporte urbano e telefonia, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, resultaria em notáveis repercussões também no campo político. Um caso clássico de conflito federativo deu-se com o estabelecimento do regime de monopólio para o fornecimento de energia elétrica ao Distrito Federal pela multinacional Rio de Janeiro Tramway Light and Power. O Poder Municipal confrontou o Poder Federal e confirmou o privilégio na prestação, mesmo fortemente confrontado pelo grupo nacional Guinle & Cia. Esse embate também expressaria sua dimensão ideológica, opondo de um lado o financismo internacional apoiado no liberalismo econômico e de outro o campo nacionalista em busca de protecionismo estatal (LAMARÃO, 2002).

Com liberdade tributária e com a aprovação do Código Comercial do Império em 1850, o Estado ganha musculatura para colaborar com a iniciativa privada e estabelece regulamentações para as atividades econômicas, iniciando um ciclo de investimentos privados em atividades de infraestrutura e serviços urbanos. Contribuíram tanto os capitais disponíveis com o fim do tráfico negreiro, quanto capitais estrangeiros que afluíram para o Brasil em grande monta (PRADO JR, 1980).

Prado Jr (2018) fala que um dos efeitos virtuosos dessa agitada segunda metade de século XIX, em que técnicas tecnológicas e materiais foram importados para estruturação de serviços urbanos, seria a incorporação de conhecimentos e experiências pela florescente engenharia nacional e a emergência de corpos de engenheiros que substituiriam os estrangeiros na implantação de serviços sanitários e exerceriam forte influência sobre a administração pública.

3 RESULTADOS

As análises desta pesquisa foram possíveis observar que com o fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade, fato que acarretou demandas por moradia, transporte e demais serviços urbanos.

A chegada dos europeus ao Brasil para trabalhar no campo; as instalações das indústrias brasileiras; exploração da força de trabalho; desigualdade social; o processo de mobilização do movimento pela reforma urbana foram fatores que tiveram influência nesses eventos históricos. Espaços, mercado financeiro e questões da terra, são entraves da política urbana brasileira.

No decorrer da história foram formulados diversos programas com o intuito de minimizar os problemas de moradias, elaborando programas e reforma urbana e o direito de morar na cidade. Cada um desses períodos envolvidos na história foram marcado por intensas relações de poder entre diferentes grupos de atores, como políticos, escravos, movimentos, programas constituíram a nível nacional se mostrou limitada, devido à expansão da demanda nos respectivos períodos. Porém, se o número de unidades habitacionais entregues pelos programas nas ocasiões não resultou em redução efetiva do déficit, pelo menos foi suficiente para conter seu avanço.

Todos os eventos demonstrados nos períodos descritos no trabalho fizeram parte de estratégias de colocar mecanismos de mercado na gestão das políticas de desenvolvimento urbano. No entanto, as inúmeras mudanças ocorridas no sistema habitacional nos eventos relacionados com o objetivo geral e os agentes que provocaram as transformações foram decorrentes de uma conjunção de

acontecimentos que influenciaram na formação dos espaços urbanos no país.

Foi percebido que o interesse de mercado continua a dominar ao interesse público, dificultando o enfrentamento da questão habitacional, o que representam entraves à compreensão da função social da propriedade e dificultam a implementação de uma efetiva política de desenvolvimento urbano integrada.

Nos períodos históricos presentes neste estudo analisou-se tudo gerou em tornadas políticas públicas voltadas ao mercado, aos interesses da economia, desta forma foi notado que a preocupação com os interesses financeiros foi maior do que a preocupação com os interesses da habitação e da população.

Sobre a estruturação dos serviços residenciais de suprimento de água e de esgotamento sanitário representa um bem fornecido de modo gratuito e irrestrito até então, mas que também tiveram seus problemas referentes à higienização.

4. DISCUSSÃO

É discutível que: se a questão da habitação esta sempre ligada ao processo de urbanização acelerado das cidades, que não estavam preparadas para atender um numero tão grande de novos moradores, e afetando sobretudo, a classe trabalhadora, que devido a insuficiência de recursos, passa a viver em habitações improvisadas, insalubres e em áreas inadequadas, então, porque que os responsáveis pelas políticas públicas que tratam desse problema social não procuram desenvolver planejamentos estratégicos sérios, com humanidade para evitar essa expansão desordenada das cidades.

A falta de planejamento adequado leva para a prática de construções de moradias além dos limites das cidades, afetando assim toda a sociedade, pois além de aumentar os custos dos transportes para aqueles que mais precisam, ainda encarecerem a infraestrutura e a mobilidade urbana, congestionando o trânsito e sobrecarregando os serviços públicos.

É importante uma política habitacional bem elaborada e voltada para provisão de moradias para os segmentos sociais de menor renda, com a disponibilização dos serviços públicos. Uma

política habitacional dinâmica além de elaborar bons programas, deve ainda antecipar-se aos problemas, realizar continuamente uma avaliação crítica do desempenho dos programas, analisar as suas implicações sobre a população e sobre os espaços urbanos possibilitando assim uma implantação eficiente.

É percebido que o problema habitacional brasileiro mesmo com todos elementos e ferramentas melhores que no passado, mas é um problema de difícil solução, isto porque as políticas adotadas apenas disfarçam o problema para beneficiar o setor privado e as classes mais influentes na geração de riquezas do país. Esse processo de valorização dos interesses de uma minoria prevalece há muito tempo e só poderemos contar com uma solução para os problemas urbanos das classes menos favorecidas quando essas ideias forem colocadas de lado.

Para resolver a situação é preciso mudanças radicais relacionadas ao modo de produção capitalista que desencadeia relações desiguais e contraditórias na sociedade. Portanto, longe de resolução dos problemas da moradia relacionam-se a eles outros, os quais dizem respeito a emprego e renda, educação de qualidade, lazer, entre outros.

O problema da questão habitacional é o fato de ser tratada por diversos autores que consideram a situação de difícil solução, porquê:

- a) o espaço urbano brasileiro é ocupado de forma desequilibrada,
- b) onde a especulação imobiliária prevalece sobre a função social do solo urbano e da cidade como um todo.

Percebeu-se que por toda história o Brasil enfrenta uma infinidade de problemas de difícil solução, por exemplo: miséria, violência, degradação ambiental, precariedade habitacional, inexistência de saneamento, carência de transporte coletivo, trânsito infernal e inseguro, todas essas questões estão embutidas na política habitacional e social.

5. CONCLUSÃO

Ao analisar este estudo, concluiu-se que as habitações fazem parte da história do ser humano, pois desde o início dos tempos o que tanto as pessoas como os animais estão sempre a procurar locais para se abrigarem e se protegerem, desta forma é entendido que é preciso ter um teto para morar, desse modo a habitação é essencial, e todos precisam dela, independente da condição social, devendo estar ser compreendida como um produto de uma necessidade humana básica de todo cidadão.

Concluiu-se também que desde o início da história a população tem buscado com maior intensidade por melhores condições de vida vindas morar nas grandes cidades.

CONSIDERAÇÕES

Recomenda-se que as pesquisas sobre políticas públicas de habitação sejam cada vez mais comprometidas em qualificar a compreensão do sentido histórico destas políticas e da provável dependência de trajetória entre as políticas do período analisado e as posteriores.

Antes de construir casas em quantidade para atender à demanda, é necessário conhecer as características dos locais de implantação e principalmente se preocupar com a infra-estrutura e os serviços urbanos considerando tanto os locais como o conceito de habitação.

Que as primeiras políticas públicas no campo habitacional e os Conjuntos Habitacionais produzidos nos períodos iniciais da história da habitação possam servir de tema para as discussões futuras, no sentido de melhoria nas construções atuais, visto que anteriormente não haviam os projetistas e suas arquiteturas causavam preocupações, atualmente esses profissionais estão bastantes qualificados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. A.G de & AZEVEDO, S. de. Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BARON, C. M. P. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões-IAPs. Revista Tópos, v. 5, n. 2, p. 102-127, 2011.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- _____, N. Origens da Habitação Social no Brasil. Estação Liberdade, 6ed, 2011.
- _____, N. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.
- BRASIL. Constituição Federal. Capítulo II Da Política Urbana - Direitos Sociais: direito à moradia. 1988
- BRASIL. Decreto Federal n.º 62.654, dispõe sobre a criação da coordenação de habitação de interesse social da área metropolitana do grande rio, e das outras providências. Senado Federa. Secretaria Geral da Mesa de Informação Legislativa, de 05/05/1958.
- BRASIL. Decreto Lei n.º 20.465, de 1º de Outubro de 1931. Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos, resolve: da Instituição das Caixas de Aposentadoria e Pensões.
- BRASIL. Decreto Lei n.º 58 de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.
- BRASIL. Decreto n.º 22.498, de 22 de Janeiro de 1947. Autoriza a instituição de uma fundação pela Prefeitura do Distrito Federal. Legislação informatizada com publicação original.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º. 9.218/46 de 1º de Maio de 1946. Autoriza a instituição da "Fundação da Casa Popular". Legislação informatizada com publicação original.
- BRASIL. Emenda Constitucional n.º 26 de 14 de Fevereiro de 2000. Altera redação do art. 6º da Constituição Federal.
- BRASIL. **Lei n.º 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
- BRASIL. [Lei n.º 11.977, de 7 de Julho de 2009.](#) Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
- BRASIL. Lei n.º 2.875, de 19 de setembro de 1956. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Legislação informatizada. Publicação original.
- BURGOS, M. dos Parques Proletários ao Favela. Bairro as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro - in Zaluar, A & Alvito, M. Um século de Favela. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CORREIA, TELMA DE BARROS. O prédio de apartamentos e a moradia do operário: debates e realizações (Brasil, 1930–1960). Anais do Museu Paulista, v. 25, n. 3, p. 195-232, 2017.

- CYMBALISTA, R. & MOREIRA, T. Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. Participação Popular nas Políticas Públicas, p. 31-48, 2006.
- DE AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. Revista de Administração Pública, 1988.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 6o edição, Editora da Universidade de São Paulo e Fundação do Desenvolvimento da Educação, SP. (1o edição, 1994), 1998.
- FINEP-GAP. Habitação Popular - Inventário da ação governamental, vol 1. Rio de Janeiro, 1983.
- GOBBI, L. D. Urbanização brasileira. Educação-Geografia. Disponível em: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>. Acessado em: 25/11/2019.
- GOHN, M. G. Sociedade civil no Brasil: Movimentos Sociais e ONGS. Avaliação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, 2013. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.
- GOMES, L. C. Traçando o risco: análise das práticas urbanas em áreas de morros, o caso da Vila Nova Buriti, Recife, 2005.
- GOMES, M.F.C.M. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. IX, núm. 194 (26), 2005.
- IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LAMARÃO, S. T. de N. Capital privado, poder público e espaço urbano: a disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro (1905-1915). Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 29, p. 75-96, 2002.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, v. 14, p. 21-33, 2000.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos do Ministério das Cidades. Brasília: MCidades/Governo Federal, 2004.
- MONTEIRO, A.R & VERAS, A.T.R. A questão Habitacional no Brasil. Mercator, Fortaleza, v. 16 e16015. ISSN: 1984-2201, 2017.
- MOTTA, L. D. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011.
- PUGLIESI, S.C. S. T. Urbanização de favelas: de alternativa à política consolidada. 2002.
- SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 176p.
- URBANIZAÇÃO BRASILEIRA. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/urbanizacao-brasileira>. Acessado em: 01/12/2019.
- VALLADARES, P. L. A invenção da favela: do mito de origem a favela. com. editora FGV, 2016.
- VAZ, L. F. Dos Cortiços às favelas e os edifícios de apartamentos a modernização da moradia no Rio de Janeiro. In: Habitação na cidade industrial 1870 a 1950. Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Porto. V. XXIX, nº 127. Porto, 1993.